



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: CLAUDIO FONSECA

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 13 de dezembro de 2012

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Boa tarde a todos e a todas. Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 10ª audiência pública que a comissão realiza no ano de 2012.

Informo que esta reunião está sendo transmitida pela internet através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço: www.camara.sp.gov.br, *link* Auditórios On-Line e pelo canal aberto digital 61.4.

A pauta da presente audiência pública contém os seguintes projetos: PL 184/2012, da nobre Vereadora Edir Sales, que estabelece a afixação obrigatória de mensagens educativas contra o consumo de bebidas alcoólicas nas escolas públicas e privadas situadas no Município de São Paulo, e dá outras providências. Esse projeto está em 2ª audiência.

Também o PL 521/2011, do Vereador Claudio Fonseca, que dispõe sobre a qualificação da demanda por vagas na rede pública dos Centros de Educação Infantil na cidade de São Paulo. O projeto está em 2ª audiência.

O PL 583/2009, do Vereador José Américo, que autoriza o Executivo a implantar o Programa de Atenção à Saúde nas creches comunitárias. Esse projeto está em 1ª audiência.

O PL 250/2011, do Vereador Claudinho de Souza, que dispõe sobre o Programa "Estudos de Recuperação" nas Escolas Municipais de Ensino Fundamental, de Educação Especial e de Ensino Fundamental e Médio da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências. Também em 1ª audiência.

O PL 415/2012, do Executivo, que aprova o Plano Municipal de Educação da cidade de São Paulo para o decênio 2011-2020. Esse projeto está em 2ª audiência atendendo àquilo que dispõe a Lei Orgânica do Município e o Regimento da Casa.

Esta audiência pública foi amplamente divulgada através de dois jornais de grande circulação: no *Diário de S.Paulo* no dia 11/12/2012 e na *Folha de S.Paulo* no dia 12/12/2012 e publicada também no *Diário Oficial* nas edições do dia 06/12; 07/12; 08/12 e 11/12. Convidamos para a audiência pública Sr. Secretário da Educação Alexandre Schneider;

Solange Agda da Cruz de Paula Pinto, Presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente; Eduardo Dias de Souza Ferreira, Secretário da Promotoria de Justiça de Defesa dos Interesses Difusos e Coletivos da Infância e Juventude; Dr. João Paulo Faustino e Silva, Promotor do Grupo de Atuação Especial de Educação do Ministério Público do Estado de São Paulo – GEDUC; Vereador Roberto Tripoli; as entidades de classe e da sociedade, entre elas os Sindicatos; os Srs. Vereadores membros e os demais vereadores desse Legislativo e os Vereadores autores dos projetos em pauta, entre eles o Executivo. Hoje vamos debater o Plano Municipal de Educação.

Cumprindo rigorosamente o que dispõe nossa Lei Orgânica, quanto a publicidade das audiências públicas e do Regimento da Casa, foram convidadas todas essas personalidades e autoridades, como vocês podem ver, poucos compareceram.

Passemos a pauta. O primeiro, PL 184/ de autoria da nobre Vereadora Edir Sales. Esta aberta a palavra. (Pausa) Não havendo inscrito para discutir, dou por realizada a presente Audiência pública.

PL..., de autoria do nobre Vereador Claudio Fonseca, que dispõe sobre a qualificação da demanda por vagas na rede pública nos centros de educação infantil na Cidade de São Paulo. Com a palavra a Sra. Joselina.

A SRA. JOSELINA - Bom dia todos. Esse projeto tem como objetivo a qualificação da demanda da Educação Infantil. Embora defendamos a universalização do atendimento da demanda da Educação Infantil, que todos tenham uma vaga garantida para as crianças de 0 a 3 anos, sabemos que isso ainda está muito longe de acontecer. Então no Seminário que ocorreu aqui na Câmara Municipal de São Paulo a professora Maria Malta fez essa proposta de qualificação da demanda. O nobre Vereador Claudio Fonseca apresenta esse projeto de lei com objetivo de qualificar a demanda. A questão problemática e polêmica é quais seriam os critérios dessa qualificação da demanda. Porque seria para atender aquelas crianças que estão em situação de risco ou de maior vulnerabilidade social, econômica ou de saúde. Elas teriam

preferência na ocupação da vaga na creche. Só que com o é muito polêmico esse critério, a nossa proposta é que os próprios pais junto com a administração definam esses critérios e além disso que eles sejam regionais. Que sejam por órgãos de representação regionais. Porque a realidade do atendimento da demanda, é muito diferenciada de região para região na cidade de São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Há mais alguma inscrição? (Pausa)

Tem a palavra a Sra. Ananda Grinkraut.

A SRA. ANANDA GRINKRAUT – Meu nome é Ananda Grinkraut, falo em nome do GT de Educação da Rede Nossa São Paulo.

Com relação a esse projeto de lei é importante lembrarmos que a educação infantil é um direito de todas as crianças e ele deve ser garantido por meio da ampliação do atendimento para todos.

Entendemos que esse projeto é por conta da realidade da Cidade de São Paulo que tem uma demanda não atendida muito alta, mas, ao mesmo tempo, gostaríamos de reforçar a necessidade de que os conselhos regionais sejam objeto de debate público, além de serem mais representativos.

Então para que a participação nesses conselhos regionais seja de forma mais democrática, as decisões sejam publicizadas e que haja maior transparência no processo para garantir esse debate da qualificação da demanda. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Alguma outra inscrição? (Pausa). Não.

Como autor do projeto entendo que a aprovação, pela Câmara Municipal, da lei que dispõe sobre os conselhos regionais de gestão participativa foi com a intenção de ter mecanismos de participação da população na gestão da Educação, e até no acompanhamento da execução das diretrizes dessa mesma área Educação no Município de São Paulo.

Se uma dessas diretrizes é a universalização do atendimento à Educação nas suas diferentes etapas – e essa é uma das competências do Conselho Regional de Educação –,

entendemos que democratizamos a participação e estabelecemos meios – mecanismos - de controle, pela população, não só na execução orçamentária, mas também nas diretrizes que são fixadas no Plano Diretor, no Plano Plurianual, na Lei das Diretrizes Orçamentárias – onde há contidos programas, projetos e atividades, inclusive aqueles programas, projetos e atividades voltadas à área de Educação.

Todo o esforço de democratização dos conselhos regionais de gestão participativa demandará também a participação ativa da população, sem a qual – nós achamos – que não fortalece o poder local.

O objetivo do Conselho Regional de Gestão Participativa parte do princípio de que, além da democracia representativa, temos de ter democracia real, participativa. E os conselhos são, justamente, forma de fortalecimento da democracia e da participação local, da representação local.

Se houver alguma imperfeição, gostaríamos de receber as sugestões, por escrito, para que melhor as adaptemos ao projeto. Agradeço a contribuição.

Em discussão o PL 583/09 do nobre Vereador José Américo, que autoriza o Executivo a implantar programa de atenção à Saúde nas creches.

Há algum inscrito? (Pausa) Não há inscritos para discutir esse projeto que está em sua primeira audiência pública.

Dou por encerrada esta audiência pública.

Próximo item é o PL 250/11 do Vereador Claudinho de Souza que dispõe sobre o programa Estudos de Recuperação nas escolas municipais de ensino fundamental, de educação especial, e de ensino fundamental e médio da Rede Municipal de Ensino, e dá outras providências.

Alguma inscrição? (Pausa). Não há inscritos para esse projeto que está em sua primeira audiência pública.

Não havendo inscritos, dou por encerrada esta audiência pública.

O último projeto desta audiência pública é o PL 415 do Executivo, que dispõe sobre o Plano Municipal de Educação da Cidade de São Paulo para o decênio 2011/2020.

Conforme já informado, demos ampla divulgação na convocação da audiência pública em dois jornais de grande circulação, bem como em seis publicações no Diário Oficial e também através da comunicação com as entidades de classe e entidades da sociedade civil abertas à discussão sobre o Plano Municipal de Educação.

Temos inscritos?

Há o Fábio Siqueira. Se houver outras pessoas que queiram falar sobre o Plano Municipal de Educação poderão fazer a inscrição com o secretário.

O SR. FÁBIO SIQUEIRA – Bom dia a todos. Saúdo o Vereador Claudio Fonseca, Presidente da Comissão de Educação desta Casa; saúdo os representantes dos movimentos sociais presentes, especialmente o Movimento Nossa São Paulo, sempre fazendo um trabalho importante, especialmente na área educacional, levantamento de dados e de demandas, inclusive em prefeituras e distritos; saúdo as assessorias da Casa, imprensa que cobre esta importante audiência pública.

A gente vê com muita tristeza, por se tratar de um plano decenal, importante, referido ao maior orçamento desta cidade, 31% da dotação – vamos supor 31% de 42 bilhões, já prevendo para o ano que vem – estimamos em 13 a 14 bilhões, ou seja, o esvaziamento do tema por parte de Vereadores, da própria sociedade civil, gera grande preocupação.

Talvez seja uma resposta diante da precariedade de como foi colocado o tema educação nesses últimos oito anos, na gestão Serra e Kassab. Os dados mostram, com grande lástima, que pouco foi feito na área da educação.

É importante deixar claro, até fazendo um reparo, se o Plano é decenal, tenho essa dúvida, por que vai começar valer em 2013? De 2013 a 2020? Já há dois anos aí, com um ponto de interrogação. Vamos ver se obtemos alguma explicação em relação a isso.

A Educação, aqui em São Paulo, dispõe de mais de três mil equipamentos, entre

creches, EMEIs, EMEFs. É uma rede muito grande, provavelmente a maior do Brasil e da América Latina. Portanto, é absolutamente necessário que este Plano Educacional preveja uma expansão da rede, dos equipamentos e verba realmente crescente.

Não é possível que num Orçamento que pulou de 2004, 15 bilhões, para 2013, 42 bilhões, ou seja, um aumento de quase 300%, a Educação apresente dados tão ínfimos, tão absurdos, a ponto de, no ano de 2009, segundo dados do próprio Tribunal de Contas, só houve construída na cidade de São Paulo uma nova EMEI. Em 2010, outra; em 2009, uma CEI, creche; em 2010, três EMEFs. São dados mínimos diante de um orçamento de bilhões, diante uma demanda, como se falou no projeto anterior, absolutamente crescente. Demanda que prevê 200 mil crianças sem creches e EMEIs.

É bastante lamentável. Temos de falar sim.

Também, o Secretário Alexandre Schneider foi convidado e não está presente. Por que ele não veio debater o tema educacional em relação à população? Por que não mandou nenhum representante debater a questão?

Por tudo isso, vamos repetir a fala deste orador, na audiência pública de Orçamento, no dia 26 de novembro. É um parágrafo importante que sintetiza muito o que foi esta deseducação ocorrida na gestão de José Serra e Gilberto Kassab.

Por fim, a área de educação, é um grande absurdo. Na gestão Serra, 2005-2006, gestão Kassab, 2006-2012, desapareceram – vou repetir – desapareceram 517 milhões de reais para construção de creches e EMEIs; mais 143 milhões para EMEFs. Somando totaliza 661 milhões de reais em oito anos. Sumiram do Orçamento para construir seis EMEIs e EMEFs.

Por isso, que em 2010, por exemplo, só se fez uma creche nova e uma EMEI nova, em São Paulo. Não usa o dinheiro que tem, o dinheiro desaparece, evapora no ar. Por isso que não são construídas creches, EMEIs e EMEFs, por isso que a fila é enorme. A mãe paulistana é desrespeitada pela administração pública Serra/Kassabista, que não faz creche e EMEIs

para a população.

E para completar a Câmara Municipal aprovou essa verba nesses oito anos de Orçamento e eles não fizeram nada. Quero saber por que as mães estão sem creches? Sem ter escola de ensino infantil e sem ensino fundamental? Foi incompetência ou má-fé? Não usaram os 661 milhões de reais, que desapareceram. Por isso pedimos o orçamento participativo, inclusive, na educação. Que bom que voltaremos no ano que vem para fiscalizar e sanear essa gestão suspeita, que vai ter de se explicar ao Ministério Público e ao povo.

Por fim, em relação aos CEUs, registro que o Governo Serra não fez nenhum CEU de 2005 até março de 2006, nenhum CEU inaugurado, pelo contrário, as obras pararam e até hoje temos CEUs sem nome de teatro e de biblioteca.

O Sr. Secretário - que não veio e nunca vem para debater - nem nome de CEU, nem nome de teatro ou biblioteca de CEU teve a displicência de dar. Os CEUs foram também desrespeitados, esse importante equipamento criado na gestão da ex-Prefeita e atual Ministra Marta Suplicy. Que bom que agora, a partir de 2013, os CEUs voltarão a ser respeitados nesta Cidade.

Também gostaria de dizer que neste plano municipal de educação e Orçamento a verba para o Conselho Municipal de Educação. Esse Conselho deveria estar aqui presente também debatendo a questão educacional.

A gente observa um ofuscamento dos conselhos municipal, estadual e nacional de educação nos últimos anos. No passado pessoas ilustres, intelectuais, foram membros, conselheiros nacionais e federais de educação. Hoje, existe total apagamento da importância desses órgãos tão relevantes numa questão tão fundamental como a da educação.

Encerro aqui essa contribuição para o PL 415/2012.

A SRA. DENISE CARREIRA – Boa tarde a todos. Em nome do conjunto de entidades da Comissão da Educação venho manifestar mais uma vez com grande preocupação a tramitação aligeirada do projeto de lei, do plano sem meta de financiamento,

sem garantir as condições adequadas e sem envolver um processo de debate mais amplo no Legislativo, visando o seu aprimoramento.

Com relação à meta de financiamento, vivemos isso com o Plano Nacional de Educação de 2001, o que tornou o documento inócuo, frágil, e não contribuiu de forma mais significativa para o avanço da garantia do direito humano à educação no País.

Já expressamos nossa proposta na última audiência pública na qual o Vereador Claudio Fonseca manifestou seu apoio a nossa proposta. Agora eu gostaria de ler uma nota pública elaborada pelas entidades sobre o conteúdo que abordei aqui.

“Não queremos mais uma carta de intenções. A população da Cidade de São Paulo tem direito a um plano com condições efetivas para superar os muitos desafios da educação na Cidade de São Paulo. Esta é a posição de um conjunto de sindicatos, organizações e fóruns de sociedade civil, que atuam há mais de quatro anos no processo de construção de um plano de educação na Cidade de São Paulo.

As entidades criticam a tramitação acelerada do projeto de lei no final da legislatura. Depois de quase dois anos parado na Prefeitura o PL 415/12 chegou à Câmara Municipal no dia 27 de setembro, depois de forte pressão exercida pelas organizações e pelo Ministério Público Estadual, que instaurou inquérito civil público para apurar a demora no encaminhamento do projeto do Executivo ao Legislativo Municipal.

O projeto começou a tramitar, efetivamente, em novembro de 2012, em ritmo acelerado.

As entidades alertam que o texto encaminhado pela Prefeitura para a Câmara Municipal de São Paulo teve a sua meta de financiamento suprimida, o que inviabiliza as condições necessárias para o cumprimento das metas de expansão e melhoria da qualidade da educação ofertada à população e que estão previstas no plano.

Durante a primeira audiência pública do projeto de lei, realizada em novembro, as várias entidades presentes evidenciaram a necessidade de instituir processo de debate público

mais amplo para que Vereadores e Vereadoras possam aprimorar o texto, como acontece com o Plano Nacional de Educação que, atualmente, tramita no Senado Federal. As entidades defendem a elaboração e divulgação prévia de oito audiências públicas temáticas, a serem realizadas no início do próximo ano, para que o plano seja ainda aprovado no primeiro semestre. Também manifesta posicionamento que as propostas apresentadas no documento de sistematização do Plano de Educação, resultante do processo participativo realizado na cidade, sejam consideradas pelo Legislativo, conforme nota pública divulgada em outubro de 2012. As entidades cobram dos parlamentares vinculados ao novo Governo de transição que se posicionem com o processo aligeirado de tramitação do plano.

Aguardam a resposta a um pedido de audiência realizado há semanas junto ao gabinete da liderança do novo Governo na Câmara Municipal de São Paulo.

Aqui reforçamos, mais uma vez, o pedido de audiência, a solicitação do conjunto das entidades junto à liderança do Governo de transição aqui na Câmara.

(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – A próxima inscrita é Samantha Neves do GT de Educação da Rede Nossa São Paulo.

A SRA. SAMANTHA NEVES – Boa tarde, Vereador, também a todas e todos. Quero reforçar uma série de considerações que a Comissão Executiva do Plano já colocou publicamente em nota.

Primeiro, a nossa preocupação é que o processo de debate público seja amplo de novo, com oito audiências públicas, com efetiva participação da população nelas, são audiências em horários favoráveis, à noite, finais de semana, momento em que a população possa participar e intervir efetivamente, principalmente a população trabalhadora. É garantir que o processo de debate público reflita o processo que nós construímos.

Quando em agosto de 2008 se instaurou processo público em conjunto com a Secretaria Municipal de Educação envolvendo o conjunto dos sindicatos de educação do

Município de São Paulo, as entidades e organizações da sociedade civil, fórum de movimentos sociais, grupos representando mães, pais. Nesse processo nós envolvemos crianças e adolescentes que fizeram o debate das propostas de educação para a cidade, esse conjunto de processos envolveu 20 mil pessoas da cidade de São Paulo. Em responsabilidade com esse debate público, a essas 20 mil pessoas que se envolveram é que a gente exige que a finalização seja adequada.

Houve uma conferência de educação bastante importante, com mais de mil delegados representando a discussão nas regiões, isso após esse debate do processo inicial que eu fui comentando. E nas regiões os delegados também debaterem propostas de Educação para as suas regiões.

Na conferência, infelizmente, não foi possível debater todos os processos, todos os planos, as discussões do plano, era um conjunto enorme de propostas. Como não foi possível, é fundamental que a finalização seja cuidada na Câmara Municipal de São Paulo, para garantir o debate público e a legitimidade do plano, que tentamos construir, com suas dificuldades, mas da maneira mais democrática e participativa possível para a melhoria da educação pública da cidade.

(Palmas)

O SR. SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – A próxima inscrita é Ana Barbosa.

A SRA. ANA BARBOSA – Bom dia, Vereador e a todos. Reforçando o que foi dito pela Samantha e pela Denise, eu sou da Associação Cooperapic e também do GT de Educação e também da comissão do plano.

As questões relacionadas ao financiamento são de suma importância se você tem um plano com metas estabelecidas. Temos de pensar no orçamento, no financiamento. E a aprovação da forma como está, nesse processo de final de ano, só traria problemas para a implantação do plano.

E a questão, que elas já falaram também, de se discutir, nas audiências - o que já

fizemos – o que veio da conferência, o que veio das plenárias, a importância que tem o conjunto de propostas como um todo, que não está no documento apresentado. Daí a importância de a gente refletir sobre isso e trazer essa reflexão aos debates. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Próximo inscrito, Adão, do Portal dos Talentos, Comissão Executiva do Movimento Negro. É isso?

O SR. ADÃO – Na verdade, o portal dos talentos é somente o *e-mail*. O portal dos talentos é um jogo, criado em 2002, focado para a área da educação. Quando eu me associei individualmente ao Movimento Nossa São Paulo, passei a utilizar esse *e-mail*.

Falo em nome do movimento negro, da Comissão Executiva e do Movimento Negro Unificado. Eu só queria dar uma visão do que vocês Vereadores representam para nós. Em 1999, um bairro “x” estava em conflito com um bairro “y”. Nessa época, quando eu cursava Administração, recebi um telefonema avisando que tinha havido uma confusão no bairro “y”. Fui até lá e soube que nesse conflito envolveram-se quatro jovens que estavam comendo cachorro quente em frente ao portão da casa deles. Havia a mãe de três deles, uma criança de oito anos e uma de três anos, além do meu sobrinho. Eram todos estudantes que, todo final de sábado, reuniam-se no mesmo local para comer cachorro quente e conversar. O cachorro quente era uma forma de gerar renda. Chegou um carro e perguntou-lhes: “Vocês conhecem Fulano de Tal?”, ao que eles responderam: “Não, nós não conhecemos”. A pessoa voltou para dentro do carro, de onde se tiraram metralhadoras que desferiram 70 tiros. A mulher, quando viu o que ia acontecer, puxou as crianças para dentro, e elas rolaram no quintal. Três jovens faleceram e um ficou por meses internado. Naquela confusão, minha mãe ficou desesperada. Cheguei ao local, não havia o que dizer nem o que fazer. Minha mãe é evangélica. Pedi a ela a Bíblia, fui até uma *lan house* e imprimi alguns trechos que selecionei e dos quais distribuí 100 cópias a várias pessoas e li durante a cerimônia no cemitério – tudo isso para proporcionar conforto às pessoas. Naquele momento, vi um jovem tirar um revólver da cintura para se matar. Nesse dia de 1999, fiz um juramento: teria que haver alguma solução. A solução que visualizei,

meses depois, é exatamente a educação, o único meio de se construir um mundo novo.

Nós que somos vítimas da ignorância, da falta de educação, da falta de um monte de coisas, depositamos muita confiança em que vocês Vereadores façam aquilo que é certo de ser feito para que a luz ilumine nossa cidade.

Onde eu moro há o CEU Uirapuru, que possui o Conselho da Escola Técnica Estadual, cujo pessoal elaborou várias propostas para a educação da Cidade. Eles gostariam de ver essas propostas sendo discutidas profundamente e aperfeiçoadas por vocês. A educação, para nós, não é mero papel; é vida ou morte. Nesse sentido, apelamos para que vocês deem o seu melhor, discutam profundamente e aperfeiçoem, sim, esse processo que foi construído pela Cidade toda, que só está esperando que a Câmara Municipal, que os nossos representantes iluminem e orientem os caminhos da educação na nossa cidade. Obrigado.
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – A próxima inscrita, Juliana Fonseca, do Instituto Paulo Freire.

A SRA. JULIANA FONSECA – Boa tarde a todos. Como representante do Instituto Paulo Freire e membro da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação, venho a esta audiência para pedir novamente o que eu havia pedido na audiência passada e gostaria de agora reforçar: audiências públicas temáticas para debater novamente as questões que ficaram fragilizadas nesse texto do Plano. Houve, na audiência passada, até quem pedisse para que as temáticas fossem colocadas em debate novamente nas escolas, porque as próprias escolas desconheciam o conteúdo do Plano.

Também em relação ao conteúdo, gostaria de destacar algumas questões relativas à gestão democrática para exemplificar algumas das fragilidades. Coloquei, na audiência passada, as seguintes necessidades:

- de o Plano contemplar a escola enquanto gestora social do conhecimento;
- de um currículo voltado à realidade do educando;

- de as escolas promoverem e criarem condições para o exercício da cidadania desde a infância - isso deve estar garantido no Plano Municipal de Educação;
- de reconsiderar a questão da avaliação dialógica, participativa e continuada das unidades educacionais, e não só a avaliação externa;
- de um programa municipal de formação de conselheiros;
- de formação dos conselheiros dos Conselhos de Escola;
- de instituição legal dos CRECIS;
- de a lei federal Luiza Erundina para implementar e fortalecer o Conselho Regional dos Conselhos de Escola.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Se você puder encaminhar por à Mesa escrito as propostas, eu agradeço.

Próximo inscrito, Arnaldo Ribeiro, da Aprofem, membro da Comissão Executiva do Plano Municipal de Educação.

O SR. ARNALDO RIBEIRO – Sou da Aprofem, do sindicato dos professores e funcionários municipais de São Paulo. Minha fala será breve, pois vários colegas já fizeram uma explanação, e outros também o farão.

Eu gostaria de abordar dois pontos apenas, relativos ao Plano Municipal de Educação do Município de São Paulo: um, relativo à sua parte política, e outro, relativo à sua parte técnica.

No que diz respeito à parte política, nós hoje nos defrontamos com um item que foi abordado logo no início dos trabalhos: o fator tempo. A Comissão insistia para que os trabalhos fossem iniciados com certa rapidez, já no início do ano, para que as coisas pegassem, mas os argumentos do Secretário foram outros, incluindo o de que os professores estariam preocupados com a própria atribuição, e não com os problemas da educação.

Outra situação é a forma aligeirada com que vem sendo tratada essa questão, em

função do que não foi discutido ainda, e o momento em que está sendo proposto: o fechamento do ano letivo nas escolas.

O professor já está exaurido por conta de seu trabalho - muitos em licença, inclusive, por decorrência do próprio estado de coisas. Os que estão mais envolvidos com o problema se afastam da discussão, não têm condições de participar da discussão. Até porque, na época própria, nem todos discutiram como devia. Então, o momento e a forma como está sendo discutido trarão implicações na parte técnica, ou seja, um mau aproveitamento dos próprios recursos.

Sempre ouvimos que sobra dinheiro na Educação. Não seria o momento de parar, até para refletir sobre isso? Por que sobra?

No momento em que a sociedade passa por um anseio muito forte de credibilidade, basta ver algumas atitudes de Ministros do Supremo, estamos mexendo com dinheiro público. Um plano tem as suas partes: avaliação, execução, diagnóstico. O que apontamos, agora, em termos de diagnóstico? Setenta por cento das questões apresentadas sequer foram discutidas. E se pegarmos um grupo de pessoas, de forma aleatória, e colocarmos: “Olha, a Educação tem X de dinheiro para ser gasto e a problemática está aqui, só que discutiram 30%. Você aplicaria, autorizaria que esse plano fosse executado assim?” Logicamente não. Não precisa nem entender as partes do plano para saber que não.

Então, nesse sentido, vejo que é bom que repensemos isso, essa parte política e técnica, até de respeito às pessoas que participaram e àqueles que não puderam participar. Se assim não for, a Casa estará dando as costas para a sociedade e para o dinheiro público.
(Aplausos)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a Sra. Aparecida – Cidinha, do Sinesp.

A SRA. APARECIDA – Boa tarde a todos.

Louvo a iniciativa do nobre Vereador Claudio Fonseca, por mais esta audiência,

que é a segunda promovida. É muito importante para todos nós. Sentimo-nos muito felizes, enquanto entidades, por termos participado integralmente dessa construção de proposta de plano. Tomara que os relatores de cada Comissão, por onde o projeto tramitar, sigam seu exemplo, nobre Vereador Claudio Fonseca.

Esse plano é de grande significado para a sociedade civil, porque foi ela que o construiu, por meio de todos seus segmentos, e isso precisa ser respeitado. Isso não pode ser jogado goela abaixo. Se demorou tanto para chegar até aqui, o plano merece um pouco mais de tempo para ser discutido. Isso é fato.

Então, sempre nos perguntamos por que a maior cidade da América Latina, uma das maiores do mundo, não tem um plano de Educação?

São Paulo puxa o Brasil - sabemos disso -, em todos os sentidos, em todos os projetos. O que sabemos é que falta vontade política e sobra burocracia, e sempre corremos atrás e ficamos girando para tentarmos solucionar os problemas burocráticos que emperram tudo, inclusive a Educação.

A entrada da PME foi uma conquista para nós de todas as entidades, porque nem aqui estava chegando. Se não fosse a força, a união, para ir à Promotoria e pedir isso, talvez não tivesse nem chegado aqui.

Então, uma vez que entrou, é o mínimo do Princípio Democrático: é o debate, são as audiências públicas propostas em cada Comissão e nós vamos estar vigilantes lá. Vamos pedir e propor cem audiências públicas se os vereadores desta Casa não o fizerem.

E também cabem as proposituras de emendas, porque sabemos que do jeito que está é uma síntese do Plano Nacional de Educação e não queremos isso. Temos especificidades próprias da Educação no Município de São Paulo que precisam ser contempladas. Um dos grandes problemas é o financiamento. Não vamos conseguir dar conta de nenhuma meta sem que esteja claro como vai ser esse financiamento da Educação no Município de São Paulo.

Esperamos que o Plano Municipal de Educação traga resultados sim: vagas em unidades educacionais públicas; melhoria na qualidade de ensino; gestão democrática com sucesso; melhores condições de trabalho para todos que a exercem; ampliação de recursos financeiros; autonomia administrativa para as escolas. Não dá para caminhar na área da Educação de forma engessada e amarrada como temos hoje.

Quero parabenizar todas as entidades e continuar chamando para a nossa união, para a nossa articulação, porque sabemos que juntos somos mais fortes. A Câmara aguarda quem é forte aqui dentro.

Então, vamos continuar a nossa luta esperando vencer as nossas propostas, porque trabalhamos bastante até a Conferência Municipal e muito do que foi feito no documento final está abortado no que entrou na Câmara.

Obrigada, Vereador pela oportunidade e obrigada a todos os colegas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Tem a palavra a Profa. Joselina.

A SRA. JOSELINA – Eu queria registrar aqui um posicionamento, porque teve uma reunião na Câmara em que foi discutida a proposta desse PL que entrou pelo Executivo. Estavam a Benê, a Denise, a Samantha e outras entidades. Na ocasião, disseram que esse PL foi construído junto com a Executiva, o que foi possível.

Nessa reunião estavam fazendo um apelo para que fosse defendido que esse PL entrasse nesta Casa. Fui contra e me manifestei contrariamente na reunião. Acompanho essa luta pelo Plano Municipal de Educação desde a época da Ana Maria Quadros e considero que, com a liderança da Denise, da Samantha, do Sinpeem, do Sinesp, da Aprofem, houve grandes avanços. Considero que, apesar das falhas e limitações que ocorreram, porque nada é perfeito tem acontecido aquela Conferência com todas as conferências regionais preparatórias. Para mim foi uma festa democrática da Educação e o maior evento de debate da Educação nos últimos anos e um grande avanço para o Plano Municipal da Educação.

Mas, como muito bem disseram algumas pessoas que estavam nessa reunião a

que estou me referindo havia questões inferiores ao Plano Municipal da Educação, como os 10% do PIB que estava inferior ao que estava lá.

Vou dizer isso de novo, para mim foi uma traição a Conferência ocorrida, terem negociado e concordado com o Executivo na apresentação desse PL, porque se não tinham forças para colocar as propostas da Conferência naquele momento, vocês terão agora? Para barrar a aprovação, que realmente não tem nada a ver com a Conferência?

Eu tenho muita preocupação, não vou dizer medo porque não tenho medo de nada. Tenho muita preocupação que esse PL, do jeito que está, seja votado. E será a maior rasteira numa conferência – a maior conferência que já ocorreu – da Educação, nos últimos tempos. Eu diria até a maior da história da Educação nessa cidade.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Próxima, Sra. Priscila Gaspar, que terá como intérprete a Sra. Inês.

A SRA. MARIA INÊS VIEIRA – Boa tarde a todos, sou Maria Inês Vieira. Represento a comunidade surda, tanto do Movimento dos Surdos, como da Associação e da Derdic, todos com representantes nessa reunião.

A professora Priscila, da Derdic, como representante do Movimento Surdo, vai tomar a palavra. A minha voz será a voz dela, portanto, quando eu disser ‘eu’ é a Priscila que está falando.

- Pronunciamento da Sra. Priscila Gaspar em libras.

A SRA. PRISCILA GASPAS - Boa tarde a todos. Meu nome é Priscila. Sou professora surda e trabalho na Escola de Surdos da Derdic e também ministro curso de libras na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como disciplina dos cursos de Pedagogia, Letras, Biologia etc.

Sou líder do Movimento do Surdo. O que significa esse movimento? Ele tem o foco nos direitos educacionais do surdo. É um movimento que vem acontecendo já há muito tempo. Há outros líderes e todos participamos do Plano Municipal de Educação, lutando, na tentativa

de conservar as escolas de surdos e transformá-las em escolas bilíngues.

Atingimos algumas conquistas como, por exemplo, a Escola de Surdos tornar-se escola bilíngue a partir do ano de 2011. Atualmente elas se chamam Escolas Bilíngues para Surdos. Isso é uma satisfação para nós, mas ainda falta muito para transformá-las, de fato, em escolas bilíngue.

Falta, por exemplo, o professor surdo estar atuando nessas escolas. O MEC ofereceu em parceria, ao Brasil inteiro, a formação de professores surdos para que possam trabalhar.

Infelizmente, se não podemos dar aulas nas escolas municipais como deveria ser o acordo, esse professor surdo vai atuar onde? Então precisamos abrir concursos aqui em São Paulo para que o professor surdo possa participar.

Também, dentro das escolas, o que precisamos? Curso de libras: para que os professores possam se aprofundar na língua de sinais e, de verdade, transformar-se em escola bilíngue, sendo a primeira a língua de sinais e a segunda o português, na modalidade escrita.

Em abril de 2000, tivemos a Lei 10.436 que deu direito às comunidades surdas terem a libras como sua primeira língua.

Então precisamos oferecer esses cursos de libras para que as pessoas, de fato, transformem essas escolas em escolas bilíngues. Assim, teremos a língua de sinais como a primeira língua da escola e saberemos trabalhar o português como segunda língua para as crianças surdas.

Também é necessário aumentar as pesquisas em parceria com os professores surdos e que essas parcerias já tenham verbas de apoio para pesquisas em línguas de sinais.

Nós, enquanto comunidade surda, as escolas de surdos, a associação de surdos, cuja presidente está presente – que é surda também - e a Derdic que é uma escola de surdos, por que na Derdic temos um centro que se chama Programa de Acessibilidade em Libras e a Derdic oferece muitos cursos em libras por todos os campos da universidade, todos os bairros,

para empresas, parcerias com escolas, com faculdades em diferentes espaços.

E a Deric oferece sempre apoio à comunidade surda, porque acredita nessa luta. Estamos presentes hoje porque vimos que, na programação, não havia nada a respeito do plano em relação à educação de surdos.

Soubemos rapidamente disso e viemos para cá. Chegamos aqui e percebemos que não há, na audiência pública, um intérprete para promover nossa acessibilidade.

Vocês podem ver que, infelizmente, a sociedade não está preparada para a acessibilidade do surdo.

Queremos divulgar para todos vocês a nossa luta com relação à educação de surdos e, com isso, vocês podem nos ajudar.

No Plano Municipal de Educação, em 2010, fomos às ruas, divulgamos, fizemos plenárias e tentamos fazer com que nossas propostas pudessem acontecer. Algumas delas, como disse, já aconteceram, mas faltam muitas ainda para que consigamos e, para isso, precisamos continuar essa luta em parceria com toda essa comunidade surda, a Deric e a Associação de Surdos.

Muito obrigada a todos. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Solicito à Inês que as propostas apresentadas – assim como solicitei para o Instituto Paulo Freire – sejam encaminhadas por escrito à Mesa. Com isso, constarão da ata dessa audiência pública.

Quem apresentou propostas, por favor, nos encaminhem para, depois, acostarmos ao processo.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Quem está inscrito, vai falar. E há outros inscritos também.

A SRA. MARIA INÊS VIEIRA – Apenas para complementar a solicitação de V.Exa., nós entregamos esse documento para o Presidente da Câmara Municipal José Police Neto.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Mas o Presidente da Comissão de Educação precisa recepcionar na audiência pública.

A SRA. MARIA INÊS VIEIRA – Então já deixaremos uma cópia para o senhor, depois enviamos um documento mais oficial.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Por favor, obrigado.

Inscrito o Sr. Ricardo Izídio e a intérprete é a Daniele.

- Pronunciamento do Sr. Ricardo Izídio em libras.

O SR. RICARDO IZÍDIO – Boa tarde a todos. Prazer em conhecê-los. Sou o mais recente Presidente da Associação de Surdos de São Paulo. Sou presidente há aproximadamente sete meses.

Substituí outro surdo que participou de toda a construção do Plano Municipal de Educação. Foi ele quem participou de todas as discussões já durante quatro anos. Agora, eu entrei como novo presidente.

Tenho uma preocupação muito grande com a educação dos surdos por conta das escolas bilíngues. Esse é o ponto principal.

Há muitos surdos em São Paulo. Tem surdos que já saíram da escola e continuam se encontrando. Temos essa preocupação do que acontecerá com eles depois ou se as escolas continuarão abertas ou não.

Nós continuamos lutando, mas faltam muitas informações. Por exemplo, há propostas entregues e a maioria das pessoas não sabia.

Há muitos líderes surdos, mas continua faltando informação. Desde 1950, enfim, tentamos participar, mas parece que sempre faltam informações.

Espero que nossas propostas sejam aceitas, lidas e discutidas para vocês conhecerem qual é a realidade do surdo para que possamos fazer nosso trabalho, sempre unidos.

Não sabemos qual será o futuro. Ninguém sabe se, no futuro, terá um parente

surdo. Por isso, precisamos trabalhar em parceria. É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Agradecemos ao Ricardo e à intérprete Daniela.

Próxima inscrita, Denise.

A SRA. DENISE – Em primeiro lugar, gostaria de dialogar com a fala da professora e dizer: como em todos os momentos reconhecemos o avanço desse processo. Aliás, em vários momentos, e também em público como foi o evento promovido pelo coletivo de entidades, aqui, na Câmara Municipal.

Nós sempre destacamos os avanços que o processo participativo trouxe para nossa cidade, com seus limites, com suas dificuldades.

Foi um passo muito importante, mas destacamos também – inclusive naquele evento - que havíamos esgotado uma etapa de negociação com o Executivo. Havíamos esgotado toda uma negociação que durou meses no sentido do aprimoramento do projeto de lei.

O conjunto das entidades, esgotada essa etapa, entendia que a Câmara Municipal teria um papel muito importante no sentido de dar novos passos no aprimoramento do texto, lembrando que é papel do Legislativo fazer esse trabalho, esse aprimoramento.

O Executivo foi até um certo ponto. Cobramos para que o Executivo passasse para a Câmara Municipal e dessa forma se desse continuidade a um processo de debate e aprimoramento do texto. Isso está em consonância com toda a legislação nacional; o mesmo que vemos no Plano Nacional de Educação.

O Plano Nacional de Educação que tramita atualmente no Senado é oriundo de um projeto proposto pelo Executivo, que tinha muitas limitações. Muitas das propostas importantes aprovadas na Conferência Nacional de Educação não havia sido abordadas, incorporadas ao projeto do Executivo elaborado pelo MEC e entregue ao Congresso Nacional, que assumiu o papel de aprimorar esse texto.

Foram abertas inúmeras audiências públicas, um processo de debate que mobilizou a apresentação, por parte de sindicatos, organizações, movimentos, universidades, pesquisadores e ativistas diversos, de 2.500 emendas. Essas 2.500 emendas que foram apreciadas pelas Comissões e pelas equipes de relatoria colaboraram para que o projeto seja bem melhor hoje do que o apresentado pelo Executivo Federal ao Congresso Nacional.

O que estamos cobrando do nosso Legislativo Municipal é que ele assuma o papel histórico de aprimorar esse projeto, essa proposta que veio do Executivo com seus limites. Como já colocado, isso não quer dizer que estamos negando o processo anterior, o processo participativo, mas estamos entendendo que são etapas, e essa etapa é fundamental para que cheguemos a um projeto de lei que seja um Plano de Educação para valer para a nossa cidade, um Plano de Educação que, de fato, possa responder aos inúmeros desafios e desigualdades presentes no nosso Município, que possam contribuir para esse sonho que o Adão compartilhou com a gente.

É isso o que queremos. Não queremos uma carta de intenção, não queremos um plano fragilizado, não queremos um plano sem meta de financiamento. Queremos um plano para valer, um plano que consiga aglutinar todas essas expectativas de toda essa energia que foi mobilizada pelos diversos atores e organizações, movimentos e sindicatos nesse processo.

Para podermos dar um outro passo importante, é nisto que apostamos: na responsabilidade histórica do Legislativo.

Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Alguns oradores falaram de um processo gerado aqui na Câmara Municipal de São Paulo, mas esclareço, Denise, que eu não considero assim. Primeiramente porque o projeto deu entrada em setembro. Concordo com a proposta de realizar oito audiências públicas; já me manifestei sobre isso. No entanto, o projeto só está tramitando, só tem o parecer da Comissão de Constituição e Justiça pela legalidade, pela constitucionalidade do plano. É o único parecer.

Esse projeto tramitará ainda pelas Comissões de Administração Pública, Finanças e Orçamento e Educação.

Como esta sessão legislativa termina dia 31 de dezembro, seria um descuido, uma falta de responsabilidade, na condição de Presidente da Comissão de Educação e tendo o processo sido distribuído pela Comissão, a não realização de audiências públicas, sob pena de ser condenado por ter colocado o processo apenas dormitando, sem dar andamento a ele.

Para quem pede oito audiências públicas, se eu correr com duas, faltarão ainda seis. Então, não pode ser condenado o fato de termos realizado duas audiências públicas, e esta Comissão...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Eu não posso responder por isso. Quem deve responder...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Eu não posso responder por isso.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Só um minutinho. Deixe-me só concluir.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Eu ouvi. Deixe-me falar. Só um minutinho, por favor.

Eu não posso assumir esse compromisso, porque não é um compromisso que o Presidente da Comissão assuma. Há o Colégio de Líderes, o Líder do Governo e, neste momento, estamos numa transição. Falei isso para a Denise quando ela me ligou. Ela me perguntou se eu achava que esse projeto ia ser aprovado este ano. Eu disse a ela que não sabia a intenção do novo governo, mas, para mim, ficou patente quando a Comissão de Constituição e Justiça, que tem como Presidente um Vereador do PT, colocou-o em votação nessa Comissão. É um sinal de que ela não é indiferente àquilo que está na Casa e que se

manifestou. Tendo a legalidade e a constitucionalidade, o projeto vai continuar tramitando.

Procurei o Vereador José Américo, que, entre outras coisas, anuncia-se com o futuro Presidente da Casa, para saber qual era seu posicionamento em relação ao Plano Municipal de Educação, já que vocês a mim transmitiram a ideia de realizar mais oito audiências públicas. Ele me respondeu que ainda não tinha um posicionamento sobre isso. Então, eu não sei.

O Governo Kassab dialoga com o Governo Haddad. Vocês sabem que o Prefeito Kassab, neste momento, faz parte da composição, declarou apoio ao Governo Haddad e vem negociando a transição do secretariado; o que, de certa forma, revela essa participação. Os mais atentos ao desfecho das composições sabem disso. Se vão romper ou não vão romper, isso é outra história, mas hoje dialogam entre si para fazer uma transição, pautando os projetos que lhes são preferenciais neste final de ano.

Então, o que eu disse à Denise é que, até agora, não se tinha parecer da Comissão de Constituição e Justiça. Se não há, o projeto ainda não tem tramitação nas demais Comissões.

O projeto foi aprovado dia 5 de dezembro, quando Prefeito Haddad já tinha sido eleito, já tinha sido instalada a transição e o Vereador Donato, que agora é Secretário de Governo, já tinha dialogado com o Secretário de Governo atual, com o Secretário de Relações Institucionais. Eles viram a composição da Câmara Municipal, se reuniram e, tendo maioria, deram parecer favorável. Recebo o processo e não posso renunciar àquilo que é minha atribuição e responsabilidade como Presidente da Comissão.

Acho que não devemos desperdiçar oportunidades. Nada contra defender as oito audiências públicas, e sou favorável a elas. No entanto, este é o momento de se apresentar propostas de alteração.

O Instituto Paulo Freire indicou algumas propostas que devem conter o Plano Municipal de Educação. Estou solicitando-as para juntá-las às demais. Se analisarmos outras

audiências públicas, vamos perceber que houve contribuição. Não é definitiva porque estamos debatendo em audiência pública, ouvindo o público para que ele dê sua contribuição.

As propostas das associações que falaram também serão juntadas. Na primeira audiência, eu mesmo verbalizei também algumas preocupações, não só em relação ao financiamento da Educação, mas em relação à articulação necessária entre o Plano Municipal de Educação, o Plano Diretor Estratégico, a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a Lei Orçamentária. Senão, de fato, será lei morta.

Coloquei-lhe essas preocupações e talvez tenhamos uma grande oportunidade, em 2012, de fazer essa conexão entre o Plano Estratégico da Cidade de São Paulo e o Plano Municipal de Educação. As razões vocês bem conhecem. Não se discutem as diretrizes, o Plano Diretor Estratégico da Cidade de São Paulo ignorando-se as políticas públicas e o alcance do poder público na universalização do atendimento às políticas públicas de saúde, de educação.

Isso está no Plano Diretor Estratégico: há um capítulo destinado à educação; um capítulo destinado à habitação; um destinado à mobilidade pública; a trânsito; a transporte, e assim por diante. Então, há relação. Assim como há relação do Plano Nacional de Educação com algumas políticas institucionais definidas pelo Governo Federal, entre elas a questão da reforma fiscal e da reforma tributária. Todos nós sabemos que, se não houver uma distribuição dos recursos financeiros da União para os Estados e os municípios, a meta da universalização do atendimento à educação talvez não seja alcançável em dez anos.

Todos aqui conhecemos a realidade da cidade de São Paulo, como a do resto dos outros 644 municípios do Estado e a dos 5.672 municípios brasileiros. Então, há uma relação entre a questão do financiamento.

A proposta do Plano Municipal de Educação que havia sido divulgada era até mais avançada do que a do projeto que chegou aqui, porque dispunha até do acréscimo, a cada ano, de um por cento das receitas correntes líquidas destinadas à manutenção e

desenvolvimento de ensino, e não à educação inclusiva, que seria uma forma de requalificar os recursos financeiros, respeitando-se aquilo que dispõe a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Acho que a isso que a Joselina se referiu, porque, quando tivemos conhecimento da proposta, vimos que houve uma regressão. Houve uma reunião solicitada por vocês, da qual participei no início, e discussões ocorreram no passado, nas audiências que foram descentralizadas por solicitação do fórum. Foi feita também a conferência, mas talvez não tenhamos relacionado a outros planos, como o Plano Municipal de Mobilidade e o Plano Municipal de Habitação, uma participação tão abrangente como se teve.

Se é insuficiente este debate, então é legítimo reivindicar oito audiências públicas. Agora, não deve se desconsiderar o processo que está havendo e que continua dentro do que vocês estão solicitando. Vocês solicitaram oito audiências, mas realizamos a segunda. Pelo menos da minha parte, não há nenhum aligeiramento. O processo chegou aqui dia 14 de setembro e não foi possível convocar audiências públicas anteriormente.

Acho que houve um momento em que todos nós julgávamos a urgência da aprovação do Plano Municipal de Educação. Por que queríamos isso? Porque é necessário sabermos quais são as metas, as diretrizes para a cidade de São Paulo, que não envolve – e todo mundo sabe disso – somente a Prefeitura de São Paulo, porque o Estado mantém uma rede pública de ensino na Capital, assim como o Governo Federal. Esses agentes teriam que ser envolvidos no Plano Municipal de Educação, porque os três entes federados que mantêm sistemas de ensino têm que dialogar como vão atender a algumas metas que não tratam somente da educação infantil e do ensino fundamental.

Seria um erro ficar circunstanciado somente ao atendimento à educação infantil e ao ensino fundamental, porque temos o ensino médio, a educação de jovens e adultos, a antiga educação especial, por meio de escolas bilíngues, e também o ensino superior, cuja universalização precisa ser discutida na cidade de São Paulo. Precisamos discutir também a

responsabilidade do Município e seus limites, a competência e a responsabilidade do Estado e a competência e a responsabilidade da União. Precisamos, então, ter diálogo.

Então, considero que o processo que se dá aqui é positivo e, de fato, se eu pudesse determinar sozinho que não haverá aprovação este ano, eu o faria, porque eu concordo com a proposta e até acho que há uma relação entre o Plano Nacional da Educação e o Plano Municipal da Educação.

Eles têm que dialogar entre si, porque um Plano Nacional de Educação é um plano para a educação no Brasil. Por isso, não pode estar tão em confronto o Plano Nacional da Educação com o Plano Municipal de Educação; o que significa que os entes federados também têm que dialogar para discutir o nível das suas responsabilidades, o financiamento público e a utilização dos recursos do Pré-Sal, o quanto os Estados e os municípios receberão. É lógico que, se receberem, ficará mais fácil atingir uma meta de universalização da educação infantil, do ensino fundamental, do ensino médio, além da questão da qualidade, que deve ser oferecida.

Acho que há uma conexão e, por essa razão, acho que poderíamos ir adiante nessa discussão do Plano Municipal de Educação.

Agora, se me perguntarem se eu garanto que não será aprovado numa Reunião Conjunta das Comissões, respondo que não garanto. Estou sendo verdadeiro, porque isso depende do diálogo entre o Líder do Governo e o que ele e o Governo determinarem, uma vez que estão mantendo um diálogo. Como é o Governo que inicia e o Governo que encerra, recomendo a vocês procurarem o Líder do Governo e a liderança dos outros partidos.

Estou me manifestando publicamente: sou favorável a que haja mais audiência públicas. Até semana passada, não tínhamos nenhum indicador de que pudessemos aprovar um projeto que a nós educadores é caro. Mas me movimetei para poder fazer o Congresso de Comissões e aprovar, num único dia, os pareceres.

A nós era conveniente para agilizar. Não podíamos deixar para depois. Eu não vou

fazer movimento de agilizar; agora, quem aqui é contrário tem de dialogar com as outras representações partidárias e procurar o governo de transição. O futuro Secretário de Governo é o Donato. Procurem-no para saber o interesse dele. A mim, ele não disse, mas eu tomei a iniciativa de procurar e saber o que pensavam sobre o processo de votação, até para não ser tomado de surpresa. Digo mais: se for colocado em discussão, em acordo entre o governo atual e o próximo, tem condições de aprovar? Tem, porque eles já têm maioria. Esta composição: PST, PT, PV, PTB, PR tem maioria. Vocês sabem disso, pois estão acompanhando. Então, depende do quê? “E se for colocado em votação, qual vai ser o seu posicionamento?”; o meu será contrário para que não aprove agora, para que haja mais discussão. Mas eu saio daqui no dia 31 com a consciência tranquila de que, como Presidente da Comissão, cumpri minha obrigação, meu dever de convocar as audiências públicas – e sua convocação foi amplamente divulgada. (Pausa)

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Sim, nós também realizamos um seminário sobre o Plano Municipal de Educação, iniciativa tomada durante o período em que estive na Presidência da Comissão o Vereador Eliseu Gabriel. Então, a Casa não foi inerte ou indiferente ao tema; não foi. E, para essa audiência pública, como eu disse, fizemos a divulgação em dois jornais de grande circulação – *Diário de S.Paulo* e *Folha de S.Paulo* -; houve cinco publicações no *Diário Oficial*, e encaminhamos os convites para todas as entidades que participaram das atividades e deixaram *e-mails* e para as autoridades. O Secretário de Educação não compareceu, fato que lamento e repudio. Num assunto como esse e num projeto que é de interesse do Governo, é de se lamentar a ausência do Secretário do Secretário da pasta que encaminhou o projeto junto com o Prefeito. Agora, cumprimos nossa atribuição, e sou favorável a que se realizem audiências públicas.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Vocês foram. Vocês não estariam aqui

se nós não os tivéssemos avisado desta audiência pública.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Não adianta discutir. Concordo plenamente com você, mas não posso lhe afirmar que não vai haver.

- Manifestações fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Claudio Fonseca) – Assumo aquilo que eu posso manter. Assumo com vocês que sou favorável a haver mais audiências públicas; que eu não sou favorável a que haja aprovação agora, atendendo a necessidade de mais debate. Isso eu assumo, assumo aquilo que eu tenho condições de manter. Porque seria muito fácil eu dizer: “Perfeito, eu vou avisar vocês”. Como é Congresso de Comissões? Você diz que não é transparente, e não é transparente. E por quê? Porque se faz a reunião aqui, divide-se - se houver reunião de líderes - ou lá embaixo, colocando no “pé de pauta” o projeto tal onde havia antes 200 projetos. Alguém pede inversão de pauta e diz: “Ah, esse projeto não está totalmente instruído, vamos fazer o Congresso de Comissões”. Em determinados momentos, o Congresso de Comissões beneficia; em outros momentos, não. Porque muitos projetos são estratégicos para a Cidade, e, se fôssemos seguir o rito de tramitação por todas as Comissões, ficaríamos aqui dois anos para votar um projeto de lei, principalmente quando se trata de projeto de autoria de Vereador e muitos do Executivo.

Há uma dinâmica, e o Congresso de Comissões – ou melhor, a reunião conjunta das Comissões – foi introduzido nesta Casa em 2001 com José Eduardo Martins Cardozo, Presidente da Câmara Municipal à época. Não existia a figura do Congresso de Comissões. Aí, para dar agilidade, celeridade à votação – e, às vezes, até atropelar algumas discussões -, isso foi introduzido num governo que consideramos democrático, que achou que democratizar o processo era dar agilidade às votações. Então, o processo é complexo.

Assumo aquilo que eu posso manter, e o que estou dizendo aqui é público e eu já havia dito inclusive à Denise ao telefone. Todas as vezes que ela me ligou, eu a atendi - não fiz

favor nenhum, foi puro dever – e fui claro com ela. As coisas que eu assumi com ela, cumpri, como vou continuar cumprindo.

Agradeço a todos os que compareceram a esta audiência pública. Reitero, àqueles que apresentaram proposta – os colegas e o Instituto Paulo Freire -, o pedido para que deixem por escrito para que possamos juntar ao processo nessa audiência pública. E que continuemos esse debate, que é necessário para que tenhamos de fato um Plano Municipal de Educação que expresse aquilo que a sociedade reclama, que é a valorização da educação pública, gratuita, laica, de qualidade para todos.

Muito obrigado. Boa tarde a todos.
